



VIOLÊNCIA

Criminalidade altera perfil urbano

Nas duas últimas décadas, o aumento da violência causou forte impacto sócio-econômico nas grandes cidades: maiores gastos públicos e privados com segurança, perda de investimentos no comércio e indústria, mudança de hábitos de consumo. Diante desse chamado "custo da criminalidade", a própria configuração urbana sofreu mudanças. O cenário é, hoje, pontuado por condomínios, ruas e bairros fechados, residências com altos muros e cercas eletrificadas. Para a pesquisadora Denise Mônaco do Núcleo de Estudos sobre Habitação e Modos de Vida (Nomads) da Universidade de São Paulo (USP), "a expansão de empreendimentos fechados faz parte de estratégias imobiliárias e de marketing que utilizam a questão da segurança como apelo principal. Persuadem consumidores, que são bombardeados pela mídia diariamente, com relatos sensacionalistas sobre crimes violentos", afirma Denise. Para a antropóloga Tereza Pires Caldeira, da Universidade da Califórnia e autora do livro *Cidade de muros*, os condomínios fechados constituem-se em um novo padrão de segregação espacial e desigualdade social na cidade. Um novo modelo de segregação substituiu, aos poucos, a dicotomia centro-rico x periferia-pobre.



Romulo Faldini

Mão, obra de Oscar Niemeyer, Memorial da América Latina - SP

"A implantação dessas novas formas espaciais deriva de um padrão de assentamento urbano destinado a alguns privilegiados, acentuando as disparidades sociais e ressaltando um processo de negação da esfera pública, e de sua diversidade. O espaço urbano aparece, neste contexto, como perigoso, caótico, impessoal, doentio, cinza; espaço a ser evitado e que deve ser isolado", enfatiza Denise.

CUSTO DA VIOLÊNCIA Além de mudar a forma de o cidadão se relacionar com a cidade, os altos índices de criminalidade

acarretam problemas de ordem sócio-econômica. Segundo dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), apenas em 1997, o Brasil perdeu 10,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em razão da falta de segurança. O cálculo inclui despesas com serviços decorrentes da violência como: hospitais, polícia, aparatos de segurança e sistema judicial. Valor subestimado, segundo os especialistas, pois não leva em conta perdas com turismo, atividades econômicas noturnas, investimentos externos, entre outras receitas indiretas afetadas pelo crime.

Para Túlio Kahn, coordenador de análise e planejamento da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, essas estimativas ainda são precárias. "Não se consegue precisar a dimensão real desses impactos, que vão dos diretos, como custo do combate e prevenção da violência, a vários indiretos, onde se inclui, por exemplo, a perda de vida produtiva do jovem, parcela da população onde estão as maiores taxas de homicídio. Esses são custos incalculáveis", declara. Kahn acrescenta que é preciso diferenciar os tipos de crimes e locais onde ocorrem,



para buscar compreender as motivações e perfil do criminoso. Roubos e furtos em geral acontecem em bairros de classe média alta, por exemplo. “Nesse tipo de crime existe relação direta com os níveis de riqueza e não com os de pobreza, como geralmente é dito”. Segundo ele, ao fazer um levantamento dos locais de maior incidência de roubos e furtos, observa-se que são áreas com maior circulação ou acúmulo de bens, regiões com alta concentração de riqueza. Já homicídios ocorrem, em maior número, nos bairros pobres e as motivações são passionais ou relacionadas ao tráfico de drogas em sua maioria.

Para o coordenador, o planejamento urbano pode contribuir na redução dos índices de violência. Ele acredita que o processo de urbanização tardio, acelerado e desordenado dos países latino-americanos gerou muitos conflitos sociais que seriam a raiz do problema da criminalidade. “Os países que tiveram um desenvolvimento rápido e tardio possuem, em geral, desordenamento urbano e as maiores taxas de criminalidade do mundo”, conclui Kahn. Denise Mônaco assinala que a relação entre planejamento urbano e qualidade de vida nas grandes cidades faz parte de uma concepção do pensamento urbanístico existente desde a década de 1960 no Brasil. Hoje, porém, o papel do planejamento urbano no crescimento da criminalidade foi minimizado diante de outros fatores, como as variáveis sócio-econômicas e a falência institucional.

Márcia Tait Lima

JOVENS COMO VÍTIMAS E AGRESSORES

Em 1991, o presidiário William da Silva Lima, um dos fundadores da organização Comando Vermelho, alertou em seu livro *Quatrocentos contra um*: “Vejo claramente que, seja qual for o regime político, se nossa juventude não tiver alternativas, ocorrerá uma guerra civil. Disfarçada, como hoje, ou aberta, mas cada vez mais intensa”. A pesquisadora Nancy Cardia, do Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da USP, ressalta que, em 1960, a capital paulista tinha um índice anual de seis homicídios por cada 100 mil habitantes; em 1990, esse número salta para 70 por 100 mil habitantes. Mas esse não é um fenômeno exclusivo de São Paulo. A média brasileira de homicídios é elevada - de 24 por 100 mil habitantes ao ano - mais que o dobro da média mundial. O envolvimento de jovens com o crime, já apontado por Lima em seu livro, é crescente. Eles constituem um dos grupos mais vulneráveis à violência, seja como agressor ou como vítima. Dados do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), apontam os homicídios como principal causa de mortes entre jovens de 15 a 25 anos no Brasil. Na América Latina, a maioria das vítimas dos homicídios compõe-se de homens, 69% dos quais na faixa etária entre 15 e 29 anos.

CAMPUS

Universidade incorpora soluções da cidade para seus problemas

A expansão das universidades no Brasil tem obrigado uma grande parcela delas a rever seus planos diretores e reelaborar a forma de ocupação de seu espaço. Nesse processo, soluções encontradas nas cidades acabam incorporadas nos *campi*. É o caso, por exemplo, de como encarar a questão da segurança do patrimônio e das pessoas dentro do espaço acadêmico: muros e cercas isolando os *campi* universitários, guaritas, câmeras de vigilância, e outros equipamentos eletrônicos de controle e identificação.

Para o prefeito da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o engenheiro civil Carlos Alberto Bandeira Guimarães, apesar de não terem sido feitas reformulações do plano diretor original da década de 1970, a universidade está agora elaborando um plano de uso e ocupação do solo e foram feitos grandes investimentos em segurança, como o aumento de 50% de postos de vigilância e novos veículos. “A idéia agora é partir para o monitoramento eletrônico. Na reforma do ciclo básico [parte central da universidade], incluiremos a instalação de câmeras de